

# Universidade de Brasília – UnB

Departamento de Linguística, Português, Línguas Clássicas

Mônica Dias Florêncio

O Ensino de Português como Segunda Língua para surdos:  
História, conquistas, capacitação e a necessidade de  
adequações nas provas.

**Brasília - DF**  
**Outubro 2012**

**Mônica Dias Florêncio**

O Ensino de Português como Segunda Língua para surdos:  
História, conquistas, capacitação e a necessidade de adequações nas  
provas.

**Brasília - DF**  
**Outubro 2012**

**Mônica Dias Florêncio**

O Ensino de Português como Segunda Língua para surdos:  
História, conquistas, capacitação e a necessidade de adequações nas  
provas.

Monografia apresentada ao Departamento  
de Linguística e Língua Portuguesa-LIP  
da Universidade de Brasília, sob a  
orientação da Professora Ormezinda  
Maria Ribeiro.

**Brasília - DF**  
**Outubro 2012**

*Dedico o presente trabalho aos meus familiares que tanto me acompanham nessa jornada....*

## RESUMO

FLORENCIO, Mônica. O Ensino de Português como Segunda Língua para surdos: História, conquistas, capacitação e a necessidade de adequações nas provas. 2012. Trabalho de conclusão de curso – (graduação) – Universidade de Brasília Departamento de Linguística, Português, Línguas Clássicas. Brasília, 2012.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a conquista dos surdos brasileiros na educação pelo decorrer dos anos, mostrar as mudanças que as instituições de ensino já fizeram e em especial focar a preparação que está sendo feita com estes para o ingresso nas universidades. A Universidade de Brasília será usada como alvo de ingresso, assim, o PAS e o vestibular serão observados durante essa pesquisa. Surdos estudarem nas faculdades é de extrema relevância para o progresso da inclusão na educação Brasileira, contudo para que isso ocorra são necessárias às mudanças.

Palavras-chave- Surdos, educação, universidades, provas, inclusão.

## **LISTA DE SIGLAS**

PAS - Programa de Avaliação Seriada

Libras - língua brasileira de sinais

L2- Segunda Língua

DA - Deficiente auditivo

CEMEB - Centro de Ensino Médio Elefante Branco

UNB – Universidade de Brasília

CESPE - Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>Capítulo 1.....</b>	<b>2</b>
<b>HISTÓRIA DOS SURDOS NA SOCIEDADE ATÉ A DÉCADA DE 90.....</b>	<b>2</b>
<b>1.1 HISTÓRIA DOS SURDOS NA SOCIEDADE ATÉ A DÉCADA DE 90.....</b>	<b>2</b>
1.1.2 Visão médica dos surdos.....	4
1.1.3 História dos surdos no Brasil .....	5
<b>Capítulo 2.....</b>	<b>7</b>
<b><i>A conquista da Língua de Sinais Brasileira.....</i></b>	<b>7</b>
<b>2.1 Lei da Língua de Sinais Brasileira .....</b>	<b>7</b>
<b>2.2 Aquisição da Libras.....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 3.....</b>	<b>10</b>
<b><i>Abordagens e técnicas de ensino .....</i></b>	<b>10</b>
<b>3.1 Escolas e a inclusão.....</b>	<b>10</b>
<b>3.2 Comunicação total.....</b>	<b>12</b>
3.2.1 Ensino bilíngue .....	12
<b>3.3 Processos para ingresso dos surdos nas universidades .....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 4.....</b>	<b>15</b>
<b><i>Escolas públicas do Distrito Federal e o ensino de português para surdos.....</i></b>	<b>15</b>
4.2. Abordagens/ técnicas de ensino e o processo de inclusão.....	15
4.3 Relação escola aluno família/ Incentivo aos alunos surdos.....	16
4.4 Dificuldades encontradas pelos professores diante as provas do PAS/Vestibular da UNB e opinião sobre estas avaliações .....	17
4.5 Trabalho realizado pelo CESPE para o ingresso dos surdos na UNB .....	18
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>20</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>21</b>
<b><i>ANEXO B - ENTREVISTA CONCEDIDA à aluna do Bacharel de Letras da UnB, Mônica Florêncio 24/5/2012 .....</i></b>	<b>23</b>

## INTRODUÇÃO

O trabalho contém uma análise do Ensino de Português como Segunda Língua para alunos surdos. Esse é iniciado com uma breve história da comunidade surda, dificuldades encontradas consequência do modo como eram vistos pela sociedade. Logo após, se aprofundará a conquista para a comunicação dos surdos, Libras, trazendo assim as leis que a oficializam no país.

Em sequência, foca-se o ensino de português como L2 ressaltando a importância de LIBRAS ser vista como a 1ª Língua dos surdos. Juntamente com isso, explicasse técnicas de ensino conhecidas na área ressaltando benefícios e pontos a melhorar delas. Nesse ponto comenta-se sobre a inclusão que já é uma realidade em muitas escolas brasileiras, mas também se comenta sobre a busca de uma educação bilíngue em escolas próprias para surdos.

A parte concludente estará relacionada à pesquisa de campo, no qual duas escolas que ministram o ensino de português como L2 são usadas como base para análise da educação de português para surdos. Haja vista que a família tem um papel fundamental no desenvolvimento dos surdos a pesquisa tentará mostrar a relação escola - aluno surdo - família.

O grande objetivo do trabalho é mostrar que após tantas lutas e conquistas dos surdos para terem acesso a uma educação de qualidade não se pode simplesmente admitir alunos surdos iletrados, o papel da escola, seja ela inclusiva especial ou bilíngue, deve ser capacitar tais alunos a leitura e escrita da Língua Portuguesa.



## **Capítulo 1**

# **HISTÓRIA DOS SURDOS NA SOCIEDADE ATÉ A DÉCADA DE 90**

## **1.1 HISTÓRIA DOS SURDOS NA SOCIEDADE ATÉ A DÉCADA DE 90**

Segundo Sabatinai (p.1) citando Guarinello (2007, p.19), “a história dos surdos na sociedade começa com a visão de Aristóteles, os surdos não podiam se expressar por palavras e para atingir a consciência humana a audição era o canal mais importante”. Dessa forma, esses indivíduos precisavam de um representante legal que pudesse responder por eles judicialmente.

Assim, confirma-se que a visão da sociedade sobre os indivíduos surdos desde sempre foi negativa afetando diretamente o ensino regular oferecido a esses. De acordo com Perlin e Strobel (2006, p.4), “eles eram isolados nos asilos para que pudessem ser protegidos, pois não se acreditava que pudessem ter uma educação em função da sua ‘anormalidade’”. Desde o começo eram vistos como problemáticos, doentes, incapazes e isso afetou a educação básica que era fornecida a esses.

Ainda conforme explica Sá (2004, p.3) citado por Perlin e Strobel (2006), em síntese, a história dos surdos é mais ou menos assim: “primeiramente foram “descobertos” pelos ouvintes, depois isolados da sociedade para serem “educados” como os ouvintes; depois se tentou dispersá-los”. Assim, desde o começo forçaram os surdos a serem iguais aos ouvintes e isso fica muito evidente.

Esses tinham três opções a princípio a língua de sinais, o oralismo e a junção das duas áreas. Borne (2002, p.51) citado por Perlin e Strobel (2006, p.6) comenta que “temas como tempo de instrução, número de alunos, trabalhos apropriados, enfermidades, medidas curativas e preventivas foram comentados, contudo as discussões voltaram-se às questões do oralismo e da língua de sinais”.

O embate existiu porque não se considerava a possibilidade dos deficientes auditivos aprenderem a língua de sinais e ao mesmo tempo serem oralizados. Queria-se que esses escolhessem dentre as duas opções. O resultado foi que em 11 de setembro de 1880, houve uma votação por 160 votos com quatro contra, a favor de métodos orais na educação de surdos, a partir daí a língua de sinais foi proibida oficialmente alegando que a mesma destruía a habilidade da oralização dos sujeitos surdos. O Congresso decidiu o seguinte:

... ficou decidido no Congresso Internacional de Professores Surdos, em Milão, que o método oral deveria receber o status de ser o único método de treinamento adequado para pessoas surdas. Ao mesmo tempo, o método de sinais foi rejeitado, porque alegava que ele destruía a capacidade de fala das crianças. O argumento para isso era que ‘todos sabem que as crianças são preguiçosas’, e por isso, sempre que possível, elas mudariam da difícil oral para a língua de sinais. (WIDELL,1992, p. 26 citado por Perlin e Strobel 2006,p.6)

Segundo Perlin e Strobel (2006,p.7) “tal congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintistas, todos defensores do oralismo puro, do total de 164 delegados, os 56 eram oralistas franceses e os 66 eram oralistas italianos”. Desde o começo queriam que os surdos fossem oralizados apenas décadas depois a língua de sinais seria aceita pela sociedade como a forma de comunicação oficial deles.

### **1.1.2 Visão médica dos surdos**

Segundo a pesquisa de Skliar, (1998) citada por Alpendre (2008, p.2), “na clinica médica a surdez é vista como uma “deficiência” em relação à comunidade “ouvinte”, colocando os sujeitos surdos em desvantagem, se comparados à maioria da população”. Continuando o raciocínio agora de acordo com Lulkin, 1998 citado também por Alpendre (2008, p.2) os esforços no sentido de tornar o surdo um “ouvinte”, ou de compensar seu déficit por meio de um treino sistemático da audição, da fala, da leitura labial, do uso de próteses, de implantes, de cirurgias, de audiometrias, são consequências dessa visão médica da surdez.

Dessa forma, acaba que a fala torna-se uma necessidade que deve ser adquirida pelos surdos. A problemática que surge com isso, de acordo com Skliar (2001, p.3) “conduz à crença de que toda problemática dos surdos depende da natureza e do tipo do déficit auditivo, sem considerar as variáveis da dimensão social”. Logo, o papel da família no desenvolvimento do surdo, a língua de sinais e suas vivências e experiências ao longo da vida como individuo não são consideradas como fatores importantes. Contudo sabe-se que são itens de extrema importância para o progresso desses.

Com isso Alpendre (2008, p. 6) explica, “o modelo médico-terapêutico, reflete uma representação implícita que a sociedade ouvinte construiu do surdo, a, tendo o currículo escolar como objetivo dar ao sujeito o que lhe falta: a audição e a oralidade”. Contudo, a extrema vontade de fazer com que os surdos ouvissem acabou afetando o ensino passado a estes, contribuindo, de acordo com Skliar citado por Alpendre (2008, p.5), para “o processo de marginalização social, com consequências sobre a formação da identidade dos surdos. Estes desenvolvem, muitas vezes, uma crise de identidade, pois adquire hora uma identidade fraca”.

Ainda Alpendre (2008, p.7) afirma que “a visão sócio antropológica vem sendo discutida considerando a identidade cultural e linguística do surdo, ao passo que tal seria visto como alguém que vivencia um déficit de audição” .Além disso, é visto como aquele que não consegue adquirir naturalmente a língua dos ouvintes.A identidade dos surdos seria construída em cima dessa diferença e desvantagem.

Segundo Almeida (2000) citado por Alpendre (2008, p.6) não existe uma patologia e nem uma inferioridade do surdo em relação aos demais. Essa diferença recai sobre a ênfase no desenvolvimento de recursos próprios para interagir com o meio, inclusive por meio de uma língua que permita ao surdo expressar-se. No modelo sócio cultural, as dificuldades fazem parte do processo de desenvolvimento e aprendizagem. Os fracassos devem remeter a um questionamento dos métodos de educação, pois estes que estariam se mostrando inadequados para favorecer o desenvolvimento do sujeito e necessitariam ser aperfeiçoados. Neste sentido, o reconhecimento da língua de sinais como um caminho fundamental na educação da criança surda seria fundamental. Almeida (2000) citado por Alpendre (2008, p.6)

Assim, Alpendre (2008, p.18) chega a conclusão que “o Bilinguismo é a proposta de ensino que tem sido utilizada por escolas que propõem tornar acessível ao surdo duas línguas, a língua de sinais e a língua portuguesa”.

### ***1.1.3 História dos surdos no Brasil***

A história dos surdos no Brasil começaria com Huet professor que emigrou para o Brasil em 1855. Apoiado por D. Pedro II, ele fundou, no dia 26 de setembro de 1857, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, onde era utilizada a língua de sinais. Porém, seguindo a tendência determinada pelo Congresso de Milão (1880), em 1911, o INES estabeleceu o oralismo como método de educação dos surdos. Hoje chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Começou alfabetizando sete crianças com o mesmo método do *abade L'Epée*. Essa foi a primeira escola a aplicar a língua de sinais na metodologia de ensino.

Assim como a educação na França, a língua de sinais no Brasil deixou de se desenvolver com o Congresso de Milão. Embora a influência do oralismo fosse forte, os surdos brasileiros buscaram alternativas de se comunicarem através da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Segundo Pinto (2007, p.4), “o objetivo das escolas iria muito além de ensinar a ler, escrever e contar. Era importante a difusão da língua nacional, a Instrução Pública esperava pôr fim à criminalidade e aos focos de desordem”.

Na educação presente do século XXI, segundo Castro (2011,p.23) observa-se que “a abordagem educacional oralista ainda tem grande força no Brasil. Contudo, muitas instituições passaram a aceitar a língua de sinais e trabalhar a comunicação total dos alunos surdos”. Conforme comenta Sá (2006) citada por Castro (2011, p.23), “há muitos trabalhos educacionais bilíngues que postulam a língua de sinais como primeira língua e como eixo fundamental”. Nesse século pode-se observar que a interação está sendo incentivada no ambiente escolar, independentemente da deficiência que alguns possam ter.

## **Capítulo 2**

### **A CONQUISTA DA LÍNGUA DE SINAIS BRASILEIRA**

#### **2.1 Lei da Língua de Sinais Brasileira**

No Brasil, a Língua de Sinais Brasileira é oficial como língua de uso dos surdos. Segundo a pesquisa de Perlin e Strobel (2006,p.30), LIBRAS é garantida pela lei 10.436, de 24 de abril de 2002 e em quase todos os Estados brasileiros já têm em seu quadro a lei que defende a língua e a torna de uso oficial nestes Estados.

Sobre a oficialização da língua de sinais a nível nacional, ela já era garantida pelo Congresso Nacional em 1996 através do decreto:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

"Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas".

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

De acordo com a pesquisa de Perlin e Strobel (2006,p.30) o Projeto de Lei do Senado nº 180, DE 2004 que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de

1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, fazendo o enquadramento no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da oferta da Língua Brasileira de Sinais -LIBRAS - em todas as etapas e modalidades da educação básica.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

Passa a vigorar acrescida do seguinte art. 26-B:

"Art. 26-B - Será garantida às pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica, nas redes públicas e privadas de ensino, a oferta da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, na condição de língua nativa das pessoas surdas".

Art. 2º - Esta Lei entra vigor na data de sua publicação.

Com essa lei, a presença da língua de sinais se tornou fundamental na educação de surdos. Segundo Perlin e Strobel (2006, p. 30), "com o decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 que intensifica estas afirmações e as regulamenta, inclusive tornando obrigatório o uso de língua de sinais". Nesse momento, passou-se a dar uma maior importância a LIBRAS não só no ambiente educacional como fora dele também.

Já o decreto governamental 5.626 de 22 de dezembro de 2005 no capítulo VI é incisivo em afirmar que as instituições de ensino devem proporcionar tradutor/intérprete aos alunos surdos:

Art. 23 §\_2º -\_As instituições privadas e públicas dos sistemas de ensino federal, estadual, municipal e do Distrito Federal buscarão implementar as medidas das referidas neste artigo como meio de assegurar aos alunos surdos ou com deficiência auditiva o acesso a comunicação e a educação.

## 2.2 Aquisição da Libras

Segundo Lima (p.2), “a linguagem permite ao homem estruturar seu pensamento, traduzir o que sente, registrar o que conhece e comunicar-se com outros homens marcando o ingresso do homem na cultura”. Levando essa questão para o mundo dos surdos, LIBRAS é a língua que permite essa comunicação a eles.

Com base nisso, Lima (p.2) ressalta:

... a língua de sinais permite à criança surda descobrir o que é uma comunicação linguística no momento em que todas as crianças fazem esta descoberta. Elas podem então, compreender o uso se ele utiliza-se de uma língua que ele domina totalmente. (BOUVET apud BRITO, 1989, p. 85 in Lima p. 2)

Como defendem Bouvet, Penfield e Roberts (apud KARNOPP, 2002, p.25), citadas por Lima (p.3), “a língua de sinais é a única língua a qual a criança surda pode aprender sem nenhum atraso de desenvolvimento e isto é fundamental para o desenvolvimento da sintaxe”. Se o indivíduo não consegue fazer uso desse item terá dificuldades para aprimorar sua linguagem.

Assim, LIBRAS deve ser a primeira língua da criança surda para que ele possa construir sua identidade/cultura surda. Logo, o português seria a L2 dela, de acordo com Lima (p.5) “o ensino/aprendizagem, deve incidir inicialmente sobre os aspectos básicos gramaticais e vocabulares da língua (em contextos socialmente significativos)”. As informações passadas devem ser mais visuais do que escritos, haja visto que, para os surdos o campo visual é muito significativo.

Ainda como afirma Lima (p.5), “o surdo pode adquirir naturalmente uma língua de sinais, mas não pode adquirir uma língua oral. Para isso ele deve ter acesso à sua representação escrita”. O DA pode saber português, mas a forma como será trabalhado deve ser voltado para estes, sendo a representação da escrita focada para que eles consigam relacionar a língua.



## Capítulo 3

### ABORDAGENS E TÉCNICAS DE ENSINO

#### 3.1 Escolas e a inclusão

Para se entender a situação das escolas e a integração dos surdos nelas é necessário entender que os problemas gerados pelo avanço tecnológico remodelaram a situação mundial em que se vive hoje. Como afirma Bursztyn (2007, p.39) “tais problemas, em grande medida, estão na explicação da exclusão social; é uma terrível e tenebrosa herança que o século passado deixou para o XXI”.

Cristovam Buarque (1999) citado por Bursztyn (2007, p.39) faz uma comparação:

...diferença não é problema e sim quando a esta instrui desigualdade. Exemplificando, oferecer um tratamento diferenciado a pessoas que portam um tipo de deficiência. Onde “o outro” é visto não como alguém que pertence à mesma espécie, mas como “algo” diferente. Ou seja, quando o surdo é visto como o humano diferente acaba que surge a desigualdade. (Cristovam Buarque 1999, citado por Bursztyn 2007, p.39)

Tunes (2007, p.51) explica que “a noção de deficiência em si já é um dos modos concretos de manifestação do preconceito, sendo empregada a pessoas com alguma falta de habilidade, ou capacidade”. É como se ele estivesse em falta com algo que é esperado que ele fosse capaz de fazer.

Jannuzzi (2007, p.59) afirma que “a escola é uma criação histórica, construída dentro das formas pelas quais a sociedade organizou, com o tempo foram erguidos escolas para os deficientes, uma forma de segregação. Já no século XX, foi a vez de ressaltarem a integração”. Ao longo do tempo, os surdos estão ganhando mais espaço e sendo tratados com respeito nesse quesito.

Ainda como explica Jannuzzi (2007, p.59) “em 1994 mudou-se a palavra integração para inclusão. O objetivo era recuperar o verdadeiro sentido de integração, enfatizando a transformação da escola”. Como já explicado nesse estudo, no passado a escola era vista como aquela que estava marginalizando os surdos, agora a função dela seria de unir todos independente de suas diferenças.

Hoje em dia inclusão não é apenas uma questão de vontade própria das escolas, segundo a pesquisa de Cipriano, Azulay e Moreira (2007,p.57) “a constituição brasileira, no art. 208, III, refere que o atendimento da pessoa “portadora de deficiências” deve ser feito preferencialmente na rede regular de ensino”. A Política Nacional de Educação Especial, elaborada pela Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério de Educação e Cultura (MEC), em 2001, estabelece o apoio ao sistema de ensino e a prioridade ao financiamento de projetos para a inclusão desses alunos.

Contudo ainda de acordo com tal pesquisa um dos grandes problemas é o despreparo do professor. O sistema educacional tem dificuldades reais para a efetivação das políticas de inclusão, sendo incapaz de atender às necessidades de aprendizagem dos alunos. E isso se manifesta na exclusão em sala de aula, o aluno novamente sendo marginalizado.

Segundo Lacerda (2000) citado por Cipriano, Azulay e Moreira (2007, p.57), “a presença do interprete no contexto da sala de aula por si só não garante o atendimento específico da surdez em virtude da falta de capacitação dos interpretes; a ela se acrescentam outros aspectos”. O aluno depende de livros e dicionários adequados para suas necessidades para se tornar proficiente em Português.

## **3.2 Comunicação total**

Segundo Castro (2011, p.16) citando a Sá (2006) “a comunicação total é vista como: a) posicionamento filosófico emocional de aceitação do surdo b) abordagem educacional bimodal”. Não tem libras como primeira língua dos falantes apenas a língua oral. Mas, pode-se observar o uso de libras nessa abordagem. Na realidade, usa-se tudo que possa auxiliar a comunicação.

### **3.2.1 Ensino bilíngue**

Segundo Castro (2011, p.16), “quando se opta por interpretar a língua de sinais como primeira língua altera-se toda a organização escolar, os objetivos pedagógicos, a participação da comunidade surda no processo escolar”.

Pode-se assim concluir:

...uma educação bilíngue-multicultural não envolve apenas considerar a necessidade do uso de duas línguas, mas, significa além de dar espaço privilegiado e prioritário à língua natural dos surdos ter como eixo fundamental a identidade e a cultura. (Fernandes 1997 in Castro 2011, p.16),

O multiculturalismo pressupõe um intercâmbio cultural, no qual, não apenas ouvintes e surdos interajam, mas outras culturas são ressaltadas, pois a relação ouvinte-surdo não é a única categoria da análise a ser considerada.

Perlin e Strobel (2006, p.27), explica que “o bilinguismo tem como pressuposto básico que o surdo deve ser Bilíngue, ou seja, deve adquirir como língua materna língua de sinais, e, como Segunda língua, a língua oficial de seu país”.

### 3.3 Processos para ingresso dos surdos nas universidades

Moreira e Fernandes (2008, p.3) explicam:

...vestibular seleciona, exclui e reproduz desigualdades sócio-educacionais. No caso para os surdos, não é apenas a mudança na língua em que são transmitidos os conteúdos ou critérios de avaliação mais justos em relação às diferenças linguísticas que apresentam o que vai garantir ou orientar uma nova abordagem curricular, mas sim, a compreensão do sujeito surdo em sua totalidade sócio-antropológico-cultural.

Assim, pode-se afirmar que os surdos estão em maior desvantagem, haja vista que barreiras linguísticas os afastam de concorrer justamente com outros candidatos que não tenham dificuldade nesse quesito.

Peregrino (p.1639) afirma que “a surdez é marcada pela invisibilidade por tratar-se de uma diferença linguística e a precária educação que, recebem/receberam gera mais obstáculos ainda”. Assim, não raro é possível encontrar pessoas que raciocinam que todos os surdos são proficientes na leitura da Língua Portuguesa, capazes de interpretar da mesma forma que ouvintes. Contudo eles possuem uma grande dificuldade nesse ponto e as provas de concursos são basicamente interpretação de texto.

Segundo Skliar 2010, p.7, citado por Peregrino (p.1639):

Foram mais de cem anos de práticas de tentativa de correção, normalização e de violência institucional; instituições especiais que foram reguladas tanto pela caridade e pela beneficência, quanto pela cultura social vigente que requeria uma capacidade para controlar, separar e negar a existência da comunidade surda, da língua de sinais, das identidades surdas e das experiências visuais, que determinam o conjunto de diferenças dos surdos em relação a qualquer outro grupo de sujeitos.

Por todo esse processo, não é difícil concluir que a educação formal de muitos surdos foi problemática por fatores que extrapolam a responsabilidade de cada um deles. Mas, como continua Peregrino (p.1640), “a dificuldade com a língua portuguesa se dá na escrita e leitura, observa-se que as Instituições Federais de Ensino Superior não avançaram nas adaptações de seus vestibulares”.

Com exceção de algumas universidades federais que aceitaram o desafio da inclusão e o fizeram de forma gradativa, e de outras que foram obrigadas a adotar processos de vestibulares diferenciados por força judicial, poucas apresentam hoje um modelo adequado para aplicação e correção de provas discursivas e de língua portuguesa nesses casos específicos. (SOUSA & VIEIRA, 2010, s/p in Peregrino p. 1640).

Como defende Peregrino (p.1640), “no vestibular, além da obrigatória presença do interprete, é indispensável que o examinador que irá corrigir as redações, tenha consciência de que o texto escrito pelo surdo será diferente”. Além de adaptar a prova é necessário capacitar os que irão examinar as redações dos candidatos surdos.

Segundo a pesquisa de Sabanai (p.1), “no primeiro processo seletivo para ingresso em licenciatura Letras- Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, muitos surdos foram bem sucedidos e isso é consequência de uma prova adequada aos candidatos”. Assim, se isso ocorrer nas demais Universidades possivelmente o número de surdos que são aprovados no vestibular aumentará.

## **Capítulo 4**

### **ESCOLAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL E O ENSINO DE PORTUGUÊS PARA SURDOS**

Dois centros de Ensino vistos como modelos no ensino de Português como Segunda Língua foram escolhidos como referência para essa pesquisa. O primeiro observado foi o Centro de Ensino Médio Elefante Branco (CEMEB), sendo a professora Gisele Monique de Lima a entrevistada que forneceu todos os dados necessários. Em sequência, as professoras Juliana Nista e Sandra Patrícia de Faria do Nascimento representaram o Centro Educacional 6 de Taguatinga com suas entrevistas.

#### **4.1 Formações acadêmicas dos educadores**

A Professora Gisele Monique De Lima que atua no CEMEB é licenciada no curso de Letras Português/Inglês, além disso, fez cursos na área de libras na APADA/FENEIS. Juliana Nista cursou Letras Português do Brasil como Segunda Língua e atua em parceria no Centro Educacional 6 de Taguatinga com a Professora Sandra Patrícia doutora em Linguística.

#### ***4.2. Abordagens/ técnicas de ensino e o processo de inclusão***

CEMEB: Durante as aulas de Português os DAs são separados dos alunos ouvintes, também há uma sala de recursos que está disponibilizada para eles usarem no período contrário ao horário da aula com o objetivo de reforçar o conteúdo passado. Os materiais utilizados nas aulas de português são de confecção própria das professoras, já que não é oferecido um material adequado. O data show foi fornecido pela escola para auxiliar o trabalho das educadoras.

Na sala de aula há vários dicionários, livros e revistas com notícias sobre conquistas dos surdos incentivando a leitura, além disso, há muitos cartazes com dicas gramaticais espalhados pelas paredes. Apenas a disciplina de português é voltada para os surdos na escola, as demais eles assistem em conjunto com os ouvintes tendo o acompanhamento dos intérpretes. Contudo, os profissionais da educação das demais matérias não foram preparados para receber os DAs ocorrendo assim vários conflitos na comunicação entre professores e alunos.

Centro educacional 6 de Taguatinga: Nas disciplinas de exatas, biologia e português os alunos surdos são separados dos demais alunos. Sendo que, no restante das matérias eles têm o apoio dos intérpretes. Além disso, no período contrário as aulas há um acompanhamento de reforço com estes. Como não é fornecido material adequado para as aulas, os professores adequam os que têm para as necessidades dos alunos.

O planejamento das aulas não é fixo invariável, caso seja notada a defasagem em alguma área de algum surdo prioriza-se trabalhar isso. Em algumas aulas trabalha-se o significado das palavras de algumas legendas nos filmes incentivando assim o uso do dicionário.

### ***4.3 Relação escola aluno família/ Incentivo aos alunos surdos***

CEMEB: São organizadas algumas palestras, mas não há um projeto específico em torno disso. Os alunos são incentivados a fazer o PAS e o Vestibular, contudo, não é feito nenhum trabalho voltado para a preparação deles.

Centro Educacional 6 de Taguatinga: Os professores vão junto com os surdos a biblioteca para cadastrá-los lá. Juntamente com isso, são trabalhados de modo discursivo os livros que eles escolhem para leitura. Além disso, desde o

ingresso no 1º ano do Ensino Médio os alunos são orientados sobre o PAS e Vestibular. Contudo, não são trabalhados os conteúdos do PAS/Vestibular.

#### *4.4 Dificuldades encontradas pelos professores diante as provas do PAS/Vestibular da UNB e opinião sobre estas avaliações*

CEMEB: Segundo a professora de Lima, os alunos chegam com uma grande defasagem e com diferentes níveis de aprendizado. Trabalham-se elementos básicos do português visto que não houve muitas vezes estímulo da família para o estudo. As provas do PAS/VESTIBULAR não são adequadas para os surdos, há enunciados pouco objetivos, sem apoio a consulta de vocabulário sendo que são utilizadas palavras difíceis.

Os livros do conteúdo programático do PAS são pouco trabalhados haja vista a dificuldade para isso. O professor gasta um período longo de vocabulário, compreensão e interpretação do texto assim, não é possível trabalhar todos os livros indicados. Os surdos conseguem passar na prova para o curso de letras libras porque esta é adequada para eles. E aqueles que conseguem passar em outros cursos na UNB são pouquíssimos, contudo há surdos que passam em faculdades particulares.

Centro Educacional 6 de Taguatinga:

Segundo a doutora Nascimento, os alunos surdos têm chegado ao ensino médio despreparados e sem saber ler e interpretar no sentido lato dos termos. São, de certa forma, analfabetos funcionais, pois não têm autonomia sobre um texto. Como seu trabalho é ensinar a Língua Portuguesa como Segunda Língua, prima por oferecer-lhes um ensino para desenvolver a autonomia. Ela defende que o sistema de aplicação também não é adequado aos alunos.



Em primeiro lugar, nem as provas do PAS, nem as do vestibular, nem as dos concursos atendem às necessidades dos alunos surdos, **de acordo com a professora**. Os surdos devem ter, por direito, provas com conteúdos adequados que nunca questionem o som ou a variação linguística associada à fonética, nem a justificativa de acentuação pela tonicidade da sílaba entre outras questões. As provas precisam ser aplicadas totalmente traduzidas para Libras para que eles tenham verdadeiro acesso ao conteúdo e às possibilidades de resposta.

O ideal seria que as provas todas fossem filmadas em Libras e os alunos tivessem a oportunidade de respondê-las, diante de um computador, no seu tempo, com o texto de apoio, também em Língua Portuguesa. O desencontro entre a forma de aplicação e a necessidade dos indivíduos, discriminados por si só e os põe em desvantagem.

#### *4.5 Trabalho realizado pelo CESPE para o ingresso dos surdos na UNB*

Os candidatos portadores de deficiência auditiva devem no momento da inscrição declarar que necessitam de atendimento especial, para que o Cespe possa oferecer a esses intérpretes que os irão auxiliar a realização da prova. Tais profissionais passam por um treinamento para darem um melhor suporte aos deficientes auditivos.

Como há vários níveis de surdez, cada candidato tem dificuldades diferentes. Logo, seria interessante mostrar como que estes se saíram nas últimas provas, contudo não há nenhum levantamento de dados que mostre o desempenho dos surdos nas provas. Assim, não se pode afirmar se há um bom número destes que estão conseguindo ingressar na Universidade de Brasília.

Há candidatos que já reclamaram com os funcionários do Cespe sobre a necessidade de adequação da prova a eles. Até então, é uma prova para todos, na área dos deficientes visuais há cadernos de questões adaptados. Ainda é um campo relativamente novo, assim mudanças estão sendo feitas e há muitos projetos

relacionados ao que se pretende realizar para aprimorar a área dos candidatos com necessidades especiais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a história da educação dos surdos no Brasil mostrando assim as muitas conquistas que estes conseguiram. Os educadores das escolas inclusivas fazem um trabalho notável ao preparar as aulas que auxiliam os surdos a aprenderem os conteúdos necessários para capacitá-los a leitura e escrita da LP. Existe o incentivo para os alunos realizarem o PAS e o Vestibular, contudo, não é feito nenhum preparo específico com estes.

Fatores como a complexidade da prova de ingresso nas Universidades, níveis de aprendizado diferentes entre os surdos e a questão do tempo envolvido para trabalhar os conteúdos são alguns dos itens determinantes para que os educadores optem por dar primazia ao ensino que os surdos precisam com maior urgência, às vezes unidades básicas da LP.

No quesito Educação Superior apenas um pequeno percentual ingressa em faculdades e essas em sua grande maioria são particulares. O estudo é de extrema importância para que o progresso e a necessidade dele sejam manifestos. A área de adaptação das provas é um campo que vem ganhando espaço cada vez mais nas instituições. Em uma pesquisa futura pode-se fazer um acompanhamento das mudanças que estão sendo planejadas e feitas nesse item.

## REFERÊNCIAS

ALPENDRE, Elizabeth Vidolin.Azevedo, Hilton José Silva; Concepções sobre Surdez e Linguagem e a Aprendizagem de Leitura. Disponível em:  
<[http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:2AltXJTpYPIJ:scholar.google.com/+vis%C3%A3o+m%C3%A9dica+dos+surdos&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1](http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:2AltXJTpYPIJ:scholar.google.com/+vis%C3%A3o+m%C3%A9dica+dos+surdos&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1)>  
Acesso em 7/06/2012.

BURSZTYN, Marcel; Modernidade e exclusão In: **nos limites da ação preconceito inclusão e deficiência**. São Carlos; Editora Edufscar; 2011. p. 39.

CASTRO, Glaucio Júnior; Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UAB/UNB. Disponível em:  
[http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3397/1/2011\\_GlauciodeCastroJunior.pdf](http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/3397/1/2011_GlauciodeCastroJunior.pdf).  
Acesso em 18/06/2012.

CIPRIANO, Rosana Jacinto da Silva. Kelman,Celeste Azulay. Salles, Heloisa Maria Moreira Lima. Formação de professores na educação de surdos in: **Educação Educação Científica inclusão social e acessibilidade**. Cànone, Goiania. 2011. p. 57.

JANNUZZI, Gilberta; Escola e Inclusão: É possível o diálogo? In: Nos limites da ação-Preconceito, inclusão e deficiência; Edufscar ; 2011. p. 59.

LIMA,Marisa;ADEQUAÇÃO DO ENSINO DO PORTUGUÊS COMO L2 NAS CRIANÇAS SURDAS: UM DESAFIO A SUPERAR/ENFRENTAR. Disponível em:  
<<http://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/416/744.pdf>>, Acesso em: 7/06/2012.

Moreira, Laura Ceretta.Fernandes, Sueli. Acesso e Permanência de Estudantes Surdos no Ensino Superior. Paraná.2008. **Disponível em:**  
[http://www.uel.br/eventos/seminariosurdez/pages/arquivos/palestra\\_mesa\\_02\\_01.pdf](http://www.uel.br/eventos/seminariosurdez/pages/arquivos/palestra_mesa_02_01.pdf)  
**Acesso: 3/10/2012**

PINTO, Fernanda Bouth; Vendo vozes: a história da educação dos surdos no Brasil oitocentista.Disponível em:  
[http://www.culturasorda.eu/resources/Bouth\\_vendo\\_vozes.pdf](http://www.culturasorda.eu/resources/Bouth_vendo_vozes.pdf). Acesso em:  
7/06/2012

TUNES, Elizabeth; O preconceito no limiar da deficiência In: **Nos limites da ação-Preconceito, inclusão e deficiência**; Editora Edufscar ; 2011.p.51

SALLES, Paulo Sergio Bretas de Almeida. Gauche, Ricardo. O ensino de ciências no contexto da educação de surdos in: Educação Científica inclusão social e acessibilidade. Cãnone. Goiani,. 2011. p.15.

Peregrino, Giselly dos Santos. Surdos vestibulandos: Condições de acesso à Universidade. Disponível em :[http://www.filologia.org.br/xiv\\_cnlf/tomo\\_2/1638-1644.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/1638-1644.pdf). Acesso em: 3/10/2012.

Sabanai, Noriko Lúcia. A evolução da Comunicação entre e com Surdo no Brasil. Disponível em :  
[http://www.helb.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=92:a-evolucao-da-comunicacao-entre-e-com-surdos-no-brasil&catid=1022:ano-1-no-01-12007-issn-1981-6677&Itemid=12](http://www.helb.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=92:a-evolucao-da-comunicacao-entre-e-com-surdos-no-brasil&catid=1022:ano-1-no-01-12007-issn-1981-6677&Itemid=12) . Acesso: 3/10/2012.

**ANEXO B - ENTREVISTA CONCEDIDA à aluna do Bacharel de Letras da UnB, Mônica Florêncio 24/5/2012**

**1. Na sua sala de aula, está sendo incentivada a preparação para o PAS e o vestibular?**

**RESPOSTA:**

**Sim, já, nas primeiras aulas do ano, comecei a orientar os alunos surdos do 1º ano do Ensino Médio, para os quais ministro aulas de Língua Portuguesa como segunda língua, a participar do PAS. É muito comum os alunos surdos matriculados em escola inclusiva sequer saber do que se trata o PAS, posto que a maioria das pessoas acha que eles não têm condições de passar.**

**Nos primeiros dias de aula, com o intuito de incentivá-los a estudar, falei sobre a importância de pensarem no futuro, de estudarem para o PAS e de também pensarem no vestibular, pois**

**caso não passem no PAS continuam com a oportunidade de passar estudar e passar no vestibular.**

**Disse a eles que por volta dos meses de junho e julho, já devem começar a entrar no periodicamente no site do CESPE para verificarem os períodos de inscrição, pois, muitas vezes as informações sobre a abertura das inscrições chega à escola, mas os alunos não são informados e nem orientados à inscrição no PAS. Desde então, eventualmente um aluno me pergunta: você já viu se as inscrições do PAS estão abertas?**

**2. Trabalha-se o conteúdo programado para as provas do PAS? Por exemplo, livros.**

**RESPOSTA:**

**Pode parecer incoerente, mas não é. Não trabalho os conteúdos do PAS conforme direcionado para o ensino médio, nem os livros de literatura que são indicados. O motivo não é outro senão o fato de que os alunos surdos têm chegado ao ensino médio despreparados e sem saber ler e interpretar no sentido lato dos termos. São, de certa forma, analfabetos funcionais, pois não têm autonomia sobre um texto. Como meu trabalho é ensinar a Língua Portuguesa como segunda língua, primo por oferecer-lhes um ensino epilinguístico de forma que ao trabalhá-los para desenvolver a autonomia, já estou trabalhando, ainda que indiretamente, para que os alunos**

possam responder as questões do PAS da melhor maneira que puderem. Pior de tudo é que o sistema de aplicação também não é adequado aos alunos.

Ano passado auxiliei duas alunas a inscreverem-se no PAS. Liguei para a família, orientei sobre como deveriam fazer para levar os documentos necessários ao CESPE para que a aluna tivesse direito a intérprete e ao tempo adicional. Foi extremamente frustrante para a aluna. Ela disse que havia um intérprete disponível em uma sala da escola, mas ela não teve o direito de ter a intérprete traduzindo a prova para ela.

3. Qual seria seu ponto de vista sobre as provas de ingresso na UNB, o que precisa ser adequado para que os alunos surdos possam concorrer de forma justa com outros candidatos para os cursos em geral?

**RESPOSTA:**

Em primeiro lugar, nem as provas do PAS, nem as do vestibular, nem as dos concursos atendem às necessidades dos alunos surdos. Os surdos devem ter, por direito, provas com conteúdos adequados que nunca questionem o som ou a variação linguística associada à fonética, nem a justificativa de acentuação pela tonicidade da sílaba entre outras questões.



**Há surdos que são oralizados e, por isso, muitos desses não falam em Libras. No entanto, a maioria dos surdos fala em Libras e precisa que suas provas sejam aplicadas TOTALMENTE traduzidas para a Libras para que eles tenham verdadeiro acesso ao conteúdo e às possibilidades de resposta.**

**O ideal seria que as provas todas fossem filmadas em Libras e os alunos tivessem a oportunidade de respondê-las, diante de um computador, no seu tempo, com o texto de apoio, também em Língua Portuguesa. O desencontro entre a forma de aplicação e a necessidade dos indivíduos, discriminaos por si só e os põe em desvantagem. Há muito a ser feito para que, realmente, os alunos tenham acesso pleno ao conhecimento que o mundo oferece, bem como aos bens produzidos pelo homem para tornar os indivíduos melhores.**

**Entrevistada: Profa. Dra. Sandra Patrícia de Faria do Nascimento**

## **Questionário 1**

**\*Há interpretes? Quais as dificuldades encontradas por eles?**

**\*Formação dos professores, como está sendo feita a continuação?**

**\* Como a escola incentiva a relação família-aluno?**

**\*Com respeito às escolas inclusivas, como está sendo feito o ensino?Há algum tipo de material de apoio ou materiais adaptados?**

**\* Qual está sendo o *feedback* dos alunos? Quais os pontos positivos e negativos?**

**\*Está sendo incentivada a preparação para o PAS e vestibular?Quais as dificuldades que os alunos encontram ao realizar a prova?**

**\* Cada surdo possui suas dificuldades e facilidades, como é trabalho isso?**

**\*Com respeito a leitura e produção de textual, quais as abordagens e técnicas utilizadas?(letramento)**

## **Questionário 2**

**\*Que tipo de atendimento o Cespe oferece aos candidatos surdos que realizam o PAS/Vestibular?**

**\*É passado algum tipo de orientação aos interpretes?  
Alguma preparação é feita com esses também?**

**\* Vocês possuem acesso ao desempenho dos alunos surdos nas provas para o PAS/Vestibular?**

**\*É feita alguma adequação da prova para os alunos surdos?  
Se não, por quê? Existe a possibilidade de mudança quanto a isso?**